

## **A crítica ao elitismo da universidade brasileira por Álvaro Vieira Pinto no “pré-1964”**

Diego de Moraes Campos\*

No atual contexto de incertezas políticas e educacionais, a (re)leitura do livro “A Questão da Universidade” do filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (1986) é importante para a contribuição da reflexão crítica a respeito do elitismo pedante da universidade brasileira e seus mecanismos de exclusão social. Nesse artigo<sup>1</sup> procuro discutir como, nesse livro em particular, o autor se posicionou politicamente ao problematizar um tipo de universidade “colonizada” que se coloca a serviço da classe dominante, além de também contribuir para se pensar o problema do analfabetismo no Brasil. Quando lançou esse livro (em 1962)<sup>2</sup>, esse filósofo se aproximava da juventude engajada da União Nacional dos Estudantes (UNE), ao relacionar a estrutura significativa de sua obra filosófica aos debates públicos daquela época turbulenta anterior ao golpe “empresarial-militar” de 1964.

Vieira Pinto foi um filósofo brasileiro, além de diretor do Departamento de Filosofia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), entre 1956 e 1964<sup>3</sup>. Sua produção filosófica criativa se relaciona com sua ação político-cultural no panorama do “pré-1964”, contexto de muitas crises políticas dos “tempos Goulart” (TOLEDO, 1986, p. 9). Nesse período, além de suas ideias serem discutidas por vários setores de esquerda, sua figura era respeitada por muitos universitários – seja por sua defesa da necessidade de uma

---

\* Mestre em História pela UFG, doutorando em História Social pela UFRJ e professor da UEG, Campus Uruaçu.

<sup>1</sup> O presente artigo é parte de uma pesquisa que estou desenvolvendo com o apoio da Universidade Estadual de Goiás (UEG), cujo título é: “Filosofia Brasileira, Tecnologia e Consciência Crítica”, na qual investigo a perspectiva crítica presente nas obras de Vieira Pinto, destacando suas contribuições para se pensar a Filosofia no Brasil, em relação com debates sobre Tecnologia.

<sup>2</sup> O livro original foi publicado pela Editora Universitária da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1962 e depois foi relançado em 1986 pela Editora Cortez. Trata-se, então, de um documento da conjuntura histórica dos projetos políticos e conflitos sociais anteriores ao Golpe “empresarial-militar” de 1964.

<sup>3</sup> Logo após o Golpe o ISEB foi extinto (em 13/04/1964), Álvaro Vieira Pinto se refugia no interior de Minas Gerais e depois se exila do Brasil com sua esposa, Maria, em setembro daquele ano. Sobre esse seu momento enquanto exilado narra Norma Côrtes: “Na Iugoslávia Vieira vive uma amarga experiência de exílio. Aos 55 anos ele enfrenta extrema dificuldade para se adaptar e tenta romper seu isolamento iniciando o aprendizado do sérvio-croata. Porém, a despeito desses esforços, permanece inativo caindo em profundo retraimento. Após um ano sem trabalho, aceita a sugestão de Paulo Freire e viaja para o Chile. Em Santiago, ainda que seus familiares tentassem animá-lo, ‘Vieira Pinto se encaramujou no seu pessimismo’. Este quadro se altera quando o Centro Latino-Americano de Demografia, órgão da ONU, lhe encomenda um estudo – tarefa que passa a se dedicar prontamente. Poucos meses depois, publica pelo CELADE El pensamiento crítico em demografia, livro que se tornou uma referência obrigatória sobre o assunto em toda a América espanhola” (CÔRTEZ, 2003, p. 322).

profunda mudança da universidade no Brasil, seja pela direção do ISEB<sup>4</sup>, por seus posicionamentos públicos ou por suas ideias pedagógicas instigantes.

Tanto sua obra filosófica mais densa da conjuntura – os dois volumes do clássico “Consciência e Realidade Nacional”, de 1960 –, como seus textos de circunstância<sup>5</sup>, trazem a marca da radicalidade política no sentido de tomar os problemas “pela raiz” e também por expressar o engajamento de sua perspectiva política-filosófica, sem temer as polêmicas do enfrentamento aos cânones universitários tradicionais. Naquela época de polarizações, esse radicalismo político de Vieira o aproximaria cada vez mais do movimento estudantil, o que depois o levaria a responder vários IPMs (Inquérito Policial Militar) e seria, por fim, obrigado a partir para o exílio, entre vários motivos, por ser considerado um “ideólogo da UNE”<sup>6</sup>.

Entre seus panfletos circunstanciais, além de “Questão da Universidade”, também se destaca o volume “Por que os ricos não fazem greve?” (1962), lançado pela coleção “Cadernos do Povo Brasileiro” (que era dirigida pelo próprio Vieira Pinto e por Ênio Silveira, dono da Editora Civilização Brasileira)<sup>7</sup>. Aliás, tal radicalidade – que o distingue dos outros isebianos – já aparecia mesmo em “Ideologia e Desenvolvimento Nacional” (1956), texto inaugural do ISEB, no qual “o povo assumia-se em sujeito da História”, conforme observa o historiador João Alberto da Costa Pinto:

---

<sup>4</sup> O ISEB foi um Centro de Altos Estudos fundado em 1955, por decreto assinado pelo então presidente da República, João Café Filho, e extinto em 1964, também por força de decreto assinado por Paschoal Ranieri Mazzilli, presidente-provisório após a deposição de João Goulart. Foi um instituto de pesquisas dentro dos quadros do Ministério da Educação que nasceu com liberdade de opinião e de cátedra e se constituía, nos primeiros anos, por um quadro teórico bem heterogêneo, reunindo historiadores, sociólogos, economistas, filósofos e demais pesquisadores com objetivos no sentido de investigar os problemas brasileiros e do desenvolvimento nacional. Muito influente nos anos do governo de Juscelino Kubitschek, o surgimento do ISEB institucionalizava um debate sobre o desenvolvimento econômico, político e social, que já existia no Brasil desde os anos 1940, mas que a universidade, até então, praticamente não fazia (ABREU, 2005, p. 115). A conjuntura entre 1961 à 1964 é marcada por uma nova fase do “campo isebiano”, pois começava-se a se processar uma crítica do “nacional-desenvolvimentismo”, ao se abrir para as lutas sociais e para a atuação engajada do movimento estudantil.

<sup>5</sup> Enquanto textos ou panfletos “de circunstância” me refiro aqui aos escritos nos quais o autor responde a questões específicas de fatos particulares de sua situação histórica, publicados no “calor do momento”. Diferentemente de seus textos filosóficos mais densos nos quais aprofunda uma análise conceitual mais abrangente e com mais tempo para desenvolver sua reflexão mais teórica, nesses “textos de circunstância” ele se posiciona (nesse sentido, se engaja) diante de polêmicas ou demandas particulares das disputas sociais de sua época, sejam elas, por exemplo, do movimento estudantil ou dos movimentos grevistas.

<sup>6</sup>Esse estigma está documentado no livro de uma ex-aluna de Vieira Pinto que publicou em jornais e por uma editora golpista (GRD) um ataque reacionário ao movimento estudantil e ao ISEB. Ver em: SEGANFREDO, Sonia. UNE: instrumento de subversão. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

<sup>7</sup> “Por que os ricos não fazem greve?” foi o maior sucesso de vendas da coleção “Cadernos do Povo Brasileiro”, teve várias reedições e chegou a 100.000 exemplares vendidos, segundo depoimento de Ênio Silveira à Marcelo Ridenti (RIDENTI, 2003, p. 90).

Nesse texto não se encontra matizada a burguesia nacional, em específico, como o agente motriz da revolução brasileira em andamento. Ali, Vieira Pinto, elege as massas populares como o verdadeiro agente transformador. Fala da consciência popular como o elemento de autenticidade organizadora da real consciência nacional. (...) “O povo”, através de suas escolhas (seu voto) é que deveria escolher “aqueles” que se apresentarão historicamente como os “agentes” propositores das transformações necessárias. É aí que se define o papel do ISEB, o de ser um instrumento de aprendizagem geral para essas escolhas (se corretas ou não, pouco importa ao autor, o que lhe interessava é que os atos de escolha através de eleições – por erro e acerto, desenvolveriam a consciência geral das massas) (PINTO, 2005, p. 66).

Sobre essa questão do “voto”, mesmo em CRN, o autor já defendia a participação política dos analfabetos, por serem “indivíduos dotados de alta percepção crítica, embora inculta, participantes ativos do processo produtivo” (PINTO, 1960 [2], p. 446). Segundo sua perspectiva, era fundamental considerar a percepção dos trabalhadores analfabetos<sup>8</sup> e, assim, nos últimos anos do ISEB, aprofundará ainda mais sua crítica ao “pedantismo” da cultura erudita, que se afasta dos dramáticos problemas sociais brasileiro. Nesse sentido, Vieira problematizará a própria instituição universitária, desenvolvendo um texto e acusando-a de “alienada-alienadora”, por estar em função dos interesses da classe dominante. Mesmo os escritos “de circunstância” de Vieira Pinto apresentam sua validade analítica, a nosso ver, pois, conforme a perspectiva dialética abordada por Lucien Goldmann:

Os escritos de um autor só constituem, efetivamente, uma parte de seu comportamento, o qual depende de uma estrutura fisiológica e psicológica extremamente complexa que está longe de permanecer idêntica e constante ao longo da sua existência individual. Além disso, uma variedade análoga se manifesta, *a fortiori*, na multiplicidade infinita das situações concretas nas quais se encontra o indivíduo no curso de sua existência (GOLDMANN, 1967, p. 9).

Nesse sentido, a obra teórica que Vieira Pinto publicou nos anos que lecionou no ISEB (entre 1956 e 1964) é resultado de múltiplas situações concretas vivenciadas na virada dos anos 1950 para os 1960, como seus “panfletos” de conjuntura, enquanto participantes de

---

<sup>8</sup> “A mais grave das ingenuidades relativas ao analfabeto é a que dita às classes cultas a decisão de destituir-lo do direito de voto. Significa tratar o iletrado como um anormal, um débil mental, irresponsável no seu julgamento e nos seus propósitos, ou então considerá-lo como alguém que se tivesse eximido do dever social de aprender a ler, e por isso fosse culpado da própria ignorância, donde, com justiça, receber a pena constitucional, receber a pena constitucional da perda do direito de voto, punição imposta igualmente aos criminosos condenados por delitos comuns. A modalidade extrema da ingenuidade jurídica consiste em considerar o analfabeto como réu de um delito social” (PINTO, 1960 [2], p. 447).

um cenário de grande efervescência política e cultural, que o fazia crer na eminência de um processo revolucionário e o impulsionava a levar suas reflexões para além dos muros universitários. Vieira Pinto, revelando como cada vez mais intensa e fecunda sua aproximação dos marxistas, parecia encarnar o chamado da 11ª tese de Marx contra Feuerbach: “Os filósofos se limitaram a *interpretar* o mundo diferentemente, cabe *transformá-lo*” (MARX, 1978, p. 53). Era necessário, segundo a perspectiva engajada de Vieira Pinto em diálogo com o marxismo, transformar o real, mas do ponto de vista das classes dominadas. Tal perspectiva o levará a questionar com cada vez mais contundência a própria filosofia acadêmica. Vieira Pinto, que era um erudito poliglota respeitado por seus pares catedráticos, passou por um profundo processo de transformações significativas para se interpretar essa época histórica turbulenta anterior ao golpe militar, no Brasil. Marcos Cezar Freitas<sup>9</sup> apresenta esse filósofo sob o signo da derrota em vários sentidos:

Trata-se de um intelectual cuja intervenção nos debates públicos, nos anos da chamada “guerra fria”, impressionou a todos os seus interlocutores. Álvaro Vieira Pinto, aqui apresentado como uma personagem histórica em sua trama, foi, por assim dizer, a expressão contínua de diversas derrotas nos campos teórico e político. Não só a pesquisa documental, mas também o diálogo como intelectuais e conhecidos que conviveram com o professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros revelaram a densidade contida em suas ideias e em sua personalidade. Nesse aspecto, concentram-se de forma expressiva as diversas faces de suas derrotas: perdeu quando defendeu uma sociedade na qual o interesse público predominasse sobre o interesse privado; perdeu quando idealizou a escola pública e a universidade popular; perdeu quando discordou das hipóteses de revolução apresentadas pelas diversas tendências de esquerda entre os anos 50 e 60 deste século XX. Por fim, tem sido constantemente derrotado por intermédio das formas através das quais seu pensamento tem sido reconstituído em muitos trabalhos (FREITAS, 1998, 13).

As derrotas de Vieira Pinto também foram abordadas pela historiadora Norma Côrtes (2003) em seu livro “Esperança e Democracia: as ideias de Álvaro Vieira Pinto”, no qual faz uma cuidadosa análise hermenêutica dos dois volumes de “Consciência e Realidade Nacional”, compreendido como parte de uma tradição perdida (“nacionalista e historicista” dos anos 1950) rechaçada por uma outra geração universitária adepta de outro paradigma (“cosmopolita e estruturalista”, da década de 1970). Para a autora:

---

<sup>9</sup> Um importante estudo sobre a trajetória intelectual é o “Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama” (1998), livro de Marcos Cezar de Freitas, que investiga o itinerário de Vieira até o ISEB, chegando a analisar algumas de suas produções do exílio, após a instauração do Regime Militar

Não seria exagero afirmar que Vieira Pinto conheceu o inferno da derrota. Em 1964, com o golpe militar, suas convicções políticas foram perseguidas, e ele assistiu ao desmoronar das instituições que sustentavam suas esperanças democráticas e seu projeto de desenvolvimento nacional. Além deste insucesso público, pessoalmente ele também viveu o infortúnio de um pesado exílio – fato que deixou mágoas e seqüelas talvez nunca cicatrizadas. E, por fim, intelectual, seu *corpus* doutrinário foi alvo preferencial da crítica acadêmica. Durante mais de décadas, seu pensamento foi sistematicamente combatido pela geração de pensadores sociais e políticos que compuseram, instalaram e montaram a atual estrutura institucional acadêmica e universitária (CÔRTEZ, 2003, p. 27).

Mas, apesar de ser um intelectual derrotado, lançado ao ostracismo da vida acadêmica brasileira, é importante pontuar a retomada de sua obra no século XXI, com a publicação de volumes póstumos, como o tratado em dois volumes: “O Conceito de Tecnologia”, que Freitas (2005) interpreta como o “quarto quadrante do círculo de Álvaro Vieira Pinto” no conjunto da obra do autor, entendida como processo contínuo de pensamento sobre o conceito de trabalho. Nessa síntese, Freitas defende a centralidade do conceito de “trabalho” na antropologia filosófica monumental de Vieira Pinto:

Quando encontramos um texto de Vieira Pinto e o trazemos à luz do dia percebemos que toda sua obra obedeceu a uma lógica de construção argumentativa contínua e complementar, a qual, vista em seu conjunto, revela o paciente esforço dedicado à construção solitária de um portentoso projeto: enunciar o alcance antropológico e também antropomórfico do conceito de “trabalho”. Cada novo livro, publicado sempre com um intervalo não menor que uma década, aparece como se fosse mais uma peça de quebra-cabeça, que uma vez encaixada revela os traços de seu desenho interpretativo: um mundo visto de baixo para cima com especial destaque para aquilo que os homens conseguem fazer com os instrumentos que têm ao alcance das mãos (FREITAS, 2005, p. 1).

Essa reflexão sobre tecnologia (que o autor escreveu após a dura experiência do exílio) pode ser relacionada, a nosso ver, com outros aspectos de sua obra, como a própria defesa da inclusão dos trabalhadores no âmbito da universidade no Brasil (uma de suas principais pautas de quando atuava no ISEB). Esse debate é fundamental no conjunto da perspectiva política de sua obra filosófica. Vários aspectos dessa perspectiva já apareciam em “Consciência e Realidade Nacional”, particularmente quando o pensador expressa suas ideias pedagógicas ao abordar o tema da educação das massas no processo de trabalho em contexto “subdesenvolvido”, como se percebe no trecho a seguir:

No país atrasado, a educação, sendo privilégio da minoria dominante, expressa naturalmente os ideais desta e visa a reproduzir membros do grupo superior, tais como são atualmente. Mas, o trabalho estafante e miserável do povo, o processo real que pesa sobre os ombros da massa, é também um processo pedagógico, dotado de formidável poder de produzir e ensinar ideias, que exprimem a realidade tal como é para aqueles que a modificam com as mãos. É tão educativa quanto a escola, ou antes, mais educativo ainda, porque dele não há evasão, não há dificuldade em aprender as suas lições, que penetram a existência, nele não há férias, porque é o sofrimento de cada dia (PINTO, 1960 [2], p. 381).

Ou seja, para o autor o mundo do trabalho também implica em educação, em um processo pedagógico real, concreto, crítico. Partindo de tal consideração, o autor condenará o que considera ser uma “pedagogia alienada”, que não compreende que “o analfabetismo é um grau do processo de educação”. Dessa perspectiva o filósofo defenderá que “o analfabeto é um indivíduo educado nas condições que a realidade nacional lhe oferece”<sup>10</sup>. Essa noção do analfabeto como consequência de um processo pedagógico será desenvolvida melhor em alguns de seus trabalhos posteriores.

Vieira (1986) documentará sua aproximação das pautas do movimento estudantil no livro “A Questão da Universidade”, no qual se apresentará como um professor universitário que, interpretando a experiência da realidade à luz dos conhecimentos filosóficos adquiridos ao longo da sua carreira magisterial, tinha a intenção de “ajudar, pela crítica, a construir a verdadeira universidade de que o povo brasileiro necessita” (PINTO 1986, p. 10). Para Dermeval Saviani:

Álvaro Vieira Pinto se posiciona resolutamente ao lado das forças revolucionárias e é à luz dessa posição que ele desenvolve as reflexões agudas, penetrantes e extremamente lúcidas sobre a questão da reforma universitária como uma dentre as diversas reformas de base pelas quais lutavam as forças progressistas naquele momento da vida do país (SAVIANI, 1986, p. 5).

Ronaldo Conde Aguiar (2000) também procura situar a obra “A Questão da Universidade” dentro da conjuntura histórica específica na qual o movimento estudantil, a despeito da classe professoral, se apresentava como uma força progressista na sociedade brasileira. Segundo Aguiar essa realidade da universidade brasileira documentada por Vieira

---

<sup>10</sup> “O analfabeto não possui como essência o ser analfabeto, mas é o resultado, o termo de um processo educacional, tal como o letrado. (...) Alfabetizar e analfabetizar são duas formas de educação que a sociedade está constantemente destinando a duas classes de seus infantes, de acordo com a situação de trabalho e de nível econômico que lhe oferece” (PINTO, 1960 [2], p. 383).

Pinto seria alterada nas décadas seguintes, com um processo refluxo do movimento estudantil e de expansão da politização entre os docentes.<sup>11</sup> Importante destacar aqui a retomada do movimento estudantil no presente momento, quando muitos secundaristas se engajam nas lutas contra a retirada de direitos, contra o projeto de terceirização da educação, contra uma proposta de Reforma do Ensino reacionária, contra a PEC genocida 241/55, entre outras causas.

A defesa intransigente de que as mudanças necessárias ao sistema universitário brasileiro deveriam ser resultado das ações do movimento estudantil, segundo Vieira Pinto, é, a meu ver, uma das consequências mais diretas, no campo político, das suas análises críticas a respeito da cultura “erudita/pedante” proveniente dos intelectuais da nação “subdesenvolvida/colonizada”. Aqui, me pergunto: por que essa massa estudantil, naquela circunstância, não apenas repetiam a “cultura alienada” dos “eruditos colonizados”, na concepção de Vieira Pinto? Para o filósofo acontecia uma mudança geral nas bases sociais da universidade, naquele período, ou seja:

Como era frequentada, na sua imensa maioria, por estudantes enviados pelas famílias abastadas, o ensino alienador das realidades do país que recebiam pouco mal lhes fazia, uma vez que seu papel social já se achava predeterminado pela posição de classe que iriam futuramente ocupar. (...) Fabricar doutores era a sua natural e única função, cumprindo-a a contento. A universidade era motivo de reclamações, porque os poucos que a procuravam sabiam antecipadamente que nela conseguiriam entrar e encontrariam o ensino que os habilitaria ao que desejavam ser (PINTO, 1986, p. 14).

Assim, a universidade com sua função de “fabricar doutores” era apenas um instrumento de manutenção do poder das classes dominantes. Mas, para Vieira Pinto, se desenvolvia naqueles anos um processo de “popularização da universidade”, que levava os novos estudantes, alguns deles de origem humilde, a questionar o aspecto alienador de um meio universitário que não enfrentava o drama da situação real enfrentada pelo país e se

---

<sup>11</sup> “Sua análise põe em evidência o papel progressista do movimento estudantil em contraste com o caráter conservador e, mesmo, reacionário dos docentes quando considerados em seu conjunto. Essa era a realidade da época, fator de importantes choques políticos na universidade brasileira. Hoje, contudo, o refluxo do movimento estudantil e a expansão do movimento político entre docentes tenderam a equilibrar ou, mesmo, inverter a antiga equação. Isso porque parte expressiva dos docentes dos anos 80 é egressa do movimento estudantil dos anos 60. Esse livro de Álvaro Vieira Pinto, portanto, constitui um documento expressivo acerca de um momento histórico da universidade brasileira, que, hoje, estiola-se em profunda crise. Em suma, a obra de Álvaro Vieira Pinto é uma combinação fecunda entre a erudição filosófica e o engajamento nas lutas políticas do seu tempo e do seu povo” (AGUIAR, 2000, p. 284).

voltava a imitar padrões importados das nações desenvolvidas. No cerne da discussão, o autor escrevia que os novos alunos não queriam a universidade apenas para se doutorar, mas para exercerem um trabalho útil. Mesmo nesse manifesto, aparecia uma indagação filosófica de fundo, que unificava aquele texto circunstancial ao conjunto das temáticas principais de Vieira Pinto: “qual seria ‘o tipo’ de universidade útil ao desenvolvimento brasileiro?” Ou seja, refletindo sobre sua essência, ele buscava contribuir em prol da luta pela mudança daquele ambiente em que ele, enquanto professor era expressão e agente. Esse livro foi, no mínimo, dentro daquele contexto, uma audácia. Investigando sobre a essência da universidade brasileira, o autor revelará várias relações da universidade com a classe dominante. Destaco aqui alguns pontos que considero principais na argumentação do filósofo sobre a universidade brasileira:

1. A universidade representa o instrumento mais eficiente para assegurar o comando ideológico da classe dirigente (ao lado de outros, subsidiários, como a imprensa, o púlpito, etc.), porque a ela incumbe a produção dos próprios esquemas intelectuais de dominação (PINTO, 1986, p. 25).
2. A universidade assegura a colocação dos elementos intelectuais ociosos da classe dominante, a quem temos chamado a “mão-sem-obra”. (...) É aí que intervém a universidade, oferecendo aos marginais superiores as suas cátedras, seus laboratórios, suas conferências, cargos de “assistentes”, “pesquisadores”, “assessores”, etc., e tantos outros simulacros de trabalho válido (PINTO, 1986, p. 26-27).
3. A universidade organiza o cartório para o reconhecimento das funções proveitosas aos interesses da classe dominante. Sua natureza cartorial é evidente, pois a ela compete o Registro de Títulos e Documentos Doutorais, indispensáveis à admissão em certa camada da sociedade. A ela cabe a declaração da qualidade de “doutor”, e, por conseguinte a outorga de todas as vantagens sociais que esta condecoração oferece. Cabendo-lhe declarar quem é que pode ser doutor, e quem não pode, a universidade atua como órgão seletivo, que mantém a composição e a hierarquia profissionais mais concordes com os interesses da classe dirigente (PINTO, 1986, p. 28).
4. A universidade absorve e amortece o surto da consciência popular, representada pelo elemento estudantil descomprometido com os poderosos. (...) Por isso empreende a tarefa catequética de fazer os elementos da massa estudantil “converterem-se” aos interesses da classe dominante, acenando-lhes com a ilusão de vir um dia a se tornarem membros desta mesma elite onipotente (PINTO, 1986, p. 29).
5. A relação com a classe dominante, naturalmente a mais forte economicamente, se manifesta ainda neste importante papel exercido pela universidade: o de conservar parte substancial dos recursos públicos do país em poder dessa mesma classe (PINTO, 1986, p. 29-30)
6. Outra função eminente da universidade consiste em formar os representantes políticos da classe dominante (PINTO, 1986, p. 31)

7. Num último aspecto, ainda, podemos apreciar os bons serviços que a universidade presta aos grupos poderosos. É quando a vemos estabelecer, por suas honrarias, o fundamento do orgulho da classe dominante. Graças aos títulos, anéis de grau e demais dignidades que outorga, a universidade enobrece os seus membros docentes e discentes, e cria, assim, uma modalidade peculiar de orgulho social, típica da nação subdesenvolvida, na qual, à falta de outros títulos legítimos de distinção, o povo venera os diplomas emitidos pelas escolas superiores. Nesse último adjetivo está justamente à explicação da honra associada ao título de “doutor”. É ser um título superior (PINTO, 1986, p. 32).

Analisando os pontos levantados pelo filósofo percebe-se que em sua perspectiva crítica a universidade é um instrumento político-cultural nas mãos da classe dominante. Para esse autor, a distinção do “doutor” é o seu mais grave aspecto, pois com tal elitismo a universidade “incute no espírito do aluno a ideia de que a aquisição da cultura o destaca do povo. Por isso, a instituição expulsa o povo do direito da cultura” (PINTO, 1986, p. 33). Nesse sentido, em seus termos, a universidade do país “subdesenvolvido” é uma instituição “alienada-alienadora”, em relação à totalidade da consciência do povo, se tornando, assim, extremamente nociva à luta nacional pela emancipação político-econômica, por estar a serviço do imperialismo cultural e dos interesses da classe dominante. Com tais pautas, esse professor, que se tornava um militante das bandeiras levantadas pelo movimento estudantil, era um arauto da perspectiva que acreditava que o Brasil passava por um momento “pré-revolucionário” (FREITAS, 1998, p. 172). O tema da “revolução brasileira” é um dos aspectos que marcaram os debates dominantes na cultura política da conjuntura do ISEB em seus últimos anos. Hélio Jaguaribe, inclusive, ao se referir ao período em que Álvaro Vieira Pinto esteve à frente do instituto dirá: “Foi esse ISEB, é claro, que despertou a ira dos militares, quando do golpe de 64” (JAGUARIBE, 2005, p. 38).

Rerler a obra filosófica e política de Vieira Pinto e pensar sobre as vicissitudes de sua trajetória derrotada nos leva a reavaliar a efervescência de debates profícuos interrompidos com o Golpe de 1964. Entre os vários pontos elencados por esse filósofo em sua crítica ao ambiente universitário destaco sua percepção da universidade como um instrumento que assegura o comando ideológico da classe dirigente, produzindo esquemas intelectuais de alienação (o que ele também nomearia como “consciência ingênua”) e não reconhecendo a “consciência crítica” popular. Retomar e divulgar sua obra é instigante no presente momento de retrocessos históricos e de ataques a direitos no Brasil. Quando um deputado balbucia a infâmia de que o brasileiro que não tiver dinheiro para bancar os estudos

não deve ir à faculdade, quando encaminham um projeto conservador contra as reflexões filosóficas e políticas na educação pública, quando assistimos a um festival canalha de barbaridades contra os trabalhadores... se faz importante relembrar esse debate a respeito do elitismo perverso da universidade colonizada brasileira e também pensar sobre a possibilidade de uma universidade popular.

### Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves. A ação política dos intelectuais do ISEB. In: In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

AGUIAR, Ronaldo Conde. *Pequena bibliografia do pensamento social brasileiro*. Brasília: Paralelo 15 – São Paulo: Marco Zero, 2000.

CÔRTEZ, Norma. *Esperança e Democracia: As ideias de Álvaro Vieira Pinto*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, Marcos Cezar de. *Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama*. São Paulo: Cortez: 1998.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: PINTO, Álvaro Vieira. *O Conceito de Tecnologia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

JAGUARIBE, Hélio. O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

LOVATTO, Angélica. *Os Cadernos do Povo Brasileiro e o debate nacionalista dos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2010.

MARX, Karl. *Teses Contra Feuerbach*. (Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

\_\_\_\_\_. *Consciência e Realidade Nacional*. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

\_\_\_\_\_. *A Questão da Universidade*. São Paulo: Cortez, 1986.

\_\_\_\_\_. *O Conceito de Tecnologia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PINTO, João Alberto da Costa. *Os Impasses da Intelligentsia diante da Revolução Capitalista no Brasil (1930-1964): Historiografia e Política em Gilberto Freyre, Caio Prado*

*Júnior e Nelson Werneck Sodré.* Tese (Doutorado em História ) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2005.

RIDENTI, Marcelo. *Em Busca do Povo Brasileiro: Artistas da Revolução, do CPC à Era da TV.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAVIANI, Demerval. Prefácio. In: PINTO, Álvaro Vieira. *A Questão da Universidade.* São Paulo: Cortez, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A ofensiva reacionária.* Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A., 1992.

TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64.* São Paulo: Brasiliense, 1986.